

bancopan.com.br

f /bancopan

yt /bancopanoficial

in /company/banco-pan

O QUE FAZ DO PAN UM BANCO ÚNICO PRA VOCÊ?

DESCUBRA QUANTO O SEU DINHEIRO PODE RENDER NO PAN.

Seja para superar a poupança, ampliar seu patrimônio ou planejar o futuro, temos renda fixa para atingir seus resultados. Simule e comprove.

CDB
com taxa de até
120%
DO CDI a.a.

- Aplicação mínima R\$ 1.000,00 -



SEM TARIFAS

Sem taxas para manutenção de conta e transferências bancárias



RENTABILIDADE COMPROVADA

Nossas taxas de rentabilidade estão entre as melhores do mercado



100% ONLINE

Abra sua conta e invista pelo celular de um jeito ágil e descomplicado



SIMULE E INVISTA.

Baixe o App PAN Investimentos e utilize nosso simulador de rentabilidade.

Baixe o APP



Banco
PAN

CONTROLADORES ROBUSTOS E COMPLEMENTARES

Um grande banco de investimentos e, indiretamente, o maior banco público da América Latina como principais sócios.



CAIXA

Caixa Participações S.A., subsidiária integral da Caixa Econômica Federal.

O MELHOR DO BANCO TRADICIONAL E DO MUNDO DIGITAL

Sempre buscando mais eficiência e agilidade para o dia a dia.

- App PAN Investimentos
- App PAN Consignado
- App PAN Veículos
- Canal de Negociação de Dívidas

CAPITAL E FUNDING DISPONÍVEIS

Lucro líquido de **R\$ 99 milhões** no 1º semestre
R\$ 4 bilhões de patrimônio líquido
R\$ 19,4 bilhões de carteira

FORTE PRESENÇA NOS MERCADOS DE ATUAÇÃO

Um dos principais originadores de crédito consignado e financiamento de veículos.

Líder em financiamento de motos.

Não considerando banco de montadora.

ESTAMOS PRONTOS PARA SER O SEU BANCO. CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES EM:

bancopan.com.br

f /bancopan

yt /bancopanoficial

in /company/banco-pan

Banco
PAN

O Fundo Garantidor de Crédito garante a devolução de até R\$ 250.000,00 investido por CPF/CNPJ por instituição financeira ou conglomerado financeiro.

O QUE TORNA UM BANCO DIFERENTE DOS OUTROS?

Banco PAN S. A. | CNPJ: 59.285.411/0001-13 | Avenida Paulista, 1.374, 16º andar - São Paulo - SP | www.bancopan.com.br

Banco
PAN

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1S18

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. ("PAN", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Financeiras referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

AMBIENTE ECONÔMICO

Influenciada pela paralisação dos caminhoneiros, a produção industrial de maio registrou queda de 10,9% na comparação mensal, ocasionando em queda de 6,6% na comparação anual. Do lado da demanda, as vendas no varejo contraíram 0,6% em maio na comparação com abril. Já no varejo ampliado, que inclui vendas de veículos e materiais de construção, o recuo foi ainda maior, registrando queda de 4,9%.

A carteira de crédito encerrou o mês de junho com saldo de R\$ 3,1 trilhões, porém, as perspectivas para recuperação das operações de crédito seguem assimétricas, com um desempenho mais favorável no segmento de pessoas físicas que no de pessoas jurídicas. Para pessoas jurídicas, a recuperação da oferta de crédito tem ficado aquém do crédito para pessoa física, embora já mostre sinais incipientes de recuperação. Entretanto, a piora das condições financeiras na margem, com a alta das taxas de juros e um Real mais fraco, podem trazer novos obstáculos à retomada do crédito para pessoa jurídica, uma vez que maiores custos de financiamento podem reduzir a demanda por crédito.

A inflação, medida pelo IPCA, registrou alta de 1,26% em junho. O número foi altamente impactado pela interrupção das cadeias de fornecimento durante a greve dos caminhoneiros, acarretando na forte alta dos preços. Foi a primeira vez desde janeiro de 2016 que o índice fica acima de 1%. Essa alta contribuiu para a aceleração da inflação acumulada em 12 meses, que avançou para 4,39% (ante 2,86% no mesmo período do ano passado). No acumulado do ano, o índice ficou em 2,6%.

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED (fluxo de emprego formal publicado pelo Ministério do Trabalho), junho foi o primeiro mês de 2018 em que as demissões superaram as contratações no mercado de trabalho formal, resultando em destruição líquida de 661 postos de trabalho. Apesar do resultado negativo no mês de junho, houve criação líquida de 392,4 mil empregos com carteira assinada no primeiro semestre do ano. Ainda de acordo com o Caged, apesar de pouco representativos no saldo de admissões, os novos contratos permitidos pela reforma trabalhista (trabalho parcial e intermitente) continuam crescendo. No mês de junho foram criadas 2.688 novas vagas em trabalhos intermitentes, enquanto o sistema de jornada parcial apresentou saldo líquido de 988 vagas.

Em relação ao desemprego, o IBGE informou em sua divulgação da Pnad contínua que a taxa de desemprego atingiu uma média de 12,7% no trimestre encerrado em maio, permanecendo estável em relação ao trimestre anterior, porém, com queda em relação ao mesmo trimestre do ano passado quando o índice foi de 13,3%. Foi observada queda de 1,1% nos empregos formais frente ao trimestre anterior, enquanto o setor informal apresentou aumento de 2,9% no trimestre, registrando aumento de 5,7% na comparação anual.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do PAN entre Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (em conjunto "conglomerado Caixa"), e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do PAN, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao PAN alternativas de *fundng* com custo competitivo.

ESTRUTURA DO BANCO

Com 2.204 funcionários, o PAN possui 60 Postos de Atendimento PAN exclusivos nas principais cidades do Brasil, distribuídos geograficamente de acordo com o PIB de cada região (Sudeste: 31, Nordeste: 12, Sul: 9, Centro-Oeste: 5 e Norte: 3). Vale destacar que cada vez mais o PAN amplia seu time de tecnologia e transformação digital, que representava 10% do total de colaboradores ao final do 2º trimestre de 2018.

No encerramento do 2T18, o PAN contava com 728 correspondentes bancários originando créditos consignados e 6.271 lojas multimarca parceiras na origemação de veículos.

O Banco encerrou o trimestre com 4,4 milhões de clientes ativos e 2,2 milhões de cartões de crédito emitidos, e para melhorar o atendimento, reduzindo custo, o foco tem sido ampliar as alternativas para autoatendimento. Além disso, o histórico de mais de 20 milhões de clientes destaca o forte potencial de *cross-sell* entre produtos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Originação de Varejo e Carteira de Crédito

Durante o 2º trimestre de 2018, o PAN originou uma média mensal de R\$ 1.356 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 1.539 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 1.460 milhões do 2º trimestre de 2017. A redução em relação ao trimestre anterior é justificada principalmente pela sazonalidade do 1º trimestre do ano quando geralmente ocorrem reajustes nos salários e benefícios de convênios importantes.

No crédito, o PAN está reforçando sua estratégia de priorização do cliente, visando melhor atender suas necessidades, indo além da aprovação ou não, mas avaliando a melhor combinação entre cliente, proposta e taxa, mantendo sua rentabilidade. Para isso, têm sido utilizados dados não estruturados (fora dos *bureaux* tradicionais de Serasa e Boa Vista) e modelos de *Machine Learning* para melhorar a decisão de crédito, além da proximidade com diferentes *startups* para estar sempre conectado com o que tem de mais novo no mercado.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de Varejo e crédito Corporativo, encerrou o 2º trimestre em R\$ 19.397 milhões, avançando 1,5% em relação aos R\$ 19.101 milhões do 1º trimestre de 2018 e praticamente estável em relação aos R\$ 19.491 milhões do 2º trimestre de 2017. É possível notar que mesmo nesta estabilidade anual, a carteira de consignado avançou 8%, a carteira de Veículos cresceu 9% e a carteira de Crédito Corporativo, em *run off*, recuou 42%.

Durante o 2º trimestre de 2018, o PAN cedeu créditos sem coobrigação no montante de R\$ 1.159 milhões. O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto os créditos retidos no balanço do PAN, como o saldo acumulado das carteiras cedidas para a Caixa, encerrou o trimestre em R\$ 33,7 bilhões.

Consignado (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Com relação aos empréstimos, no 2º trimestre de 2018, foram concedidos R\$ 2.244 milhões para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos R\$ 2.721 milhões originados no 1º trimestre de 2018, e aos R\$ 2.480 milhões originados no 2º trimestre de 2017. Em cartões de crédito consignado, foram originados R\$ 155 milhões em transações durante o 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 174 milhões originados no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 166 milhões originados no 2º trimestre de 2017. A redução no trimestre está associada à forte sazonalidade do 1º trimestre que conta com reajustes de salários e benefícios em importantes convênios.

A carteira de empréstimos Consignados encerrou o trimestre com saldo de R\$ 8.520 milhões, registrando aumento de 5% em relação aos R\$ 8.129 milhões do 1º trimestre de 2018 e aumento de 7% frente aos R\$ 7.989 milhões do final do 2º trimestre de 2017. A carteira de cartões de crédito Consignado também avançou no trimestre encerrando com saldo de R\$ 1.338 milhões, registrando crescimento de 2% frente ao saldo de R\$ 1.311 milhões do trimestre anterior e alta de 14% em relação ao saldo de R\$ 1.177 milhões do final do 2º trimestre de 2017.

Financiamento de Veículos

O Banco conta com 6.271 lojas multimarca parceiras, com alto grau de pulverização da origemação de financiamentos de veículos. O foco da operação é no financiamento de carros usados (entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de sua *expertise* em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno, além de se beneficiar do ótimo relacionamento com os parceiros comerciais.

Em motos, o PAN é o líder no segmento, excluindo banco de montadora. A atuação em nicho específico garante uma excelente performance, atuando com jovens de baixa renda, capturando ganho com seu longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

No segundo trimestre de 2018, foram originados R\$ 882 milhões em novos financiamentos, incluindo veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 952 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 853 milhões originados no 2º trimestre de 2017.

A origemação de veículos leves foi de R\$ 669 milhões no 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 745 milhões originados no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 701 milhões originados no 2º trimestre de 2017, enquanto que no segmento de motos, foram originados R\$ 213 milhões no 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 207 milhões no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 149 milhões no 2º trimestre de 2017.

A carteira de crédito de veículos encerrou o segundo trimestre em R\$ 6.243 milhões, registrando aumento de 2% em relação aos R\$ 6.112

milhões do 1º trimestre de 2018 e aumento de 9% em relação aos R\$ 5.720 milhões ao final do 2º trimestre de 2017.

Na linha de transformação digital, o PAN criou um simulador que permite a pré-análise do crédito com poucas informações, além de pagamento automático em caso de aprovação, trazendo muita agilidade e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final.

Cartões de Crédito Institucional

A estratégia de origemação em cartões está focada em parcerias *co-branded* e canais digitais, além de maximizar o *cross sell* com investimento em CRM (*Customer Relationship Management*).

Durante o 2º trimestre de 2018 as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 787 milhões, registrando um aumento frente aos R\$ 771 milhões transacionados no 1º trimestre de 2018 e estável em relação aos R\$ 788 milhões no 2º trimestre de 2017.

A carteira de cartões apresentou uma leve queda, encerrando o trimestre com saldo de R\$ 900 milhões, frente aos saldos de R\$ 930 milhões do 1º trimestre de 2018 e R\$ 952 milhões do 2º trimestre de 2017.

Seguros

O PAN originou o montante de R\$ 54 milhões em prêmios de seguros durante o 2º trimestre de 2018, aumentando o volume de origemação de prêmios em relação ao trimestre anterior.

Os prêmios originados no trimestre apresentaram a seguinte composição: R\$ 44,6 milhões de seguros de proteção de crédito, R\$ 4,3 milhões de seguros habitacionais, R\$ 3,2 milhões de seguros de cartões e R\$ 2,3 milhões provenientes de outros seguros.

Crédito Corporativo (*run off*)

A carteira de Crédito Corporativo, que inclui avais e fianças, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.367 milhões, frente ao saldo de R\$ 1.545 milhões ao final do 1º trimestre de 2018 e ao saldo de R\$ 2.362 milhões no 2º trimestre de 2017. Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias.

Crédito Imobiliário (*run off*)

O saldo dos créditos concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 2º trimestre de 2018 em R\$ 597 milhões, frente aos R\$ 631 milhões no 1º trimestre de 2018 e R\$ 716 milhões, no 2º trimestre de 2017. Já os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 326 milhões no encerramento do 2º trimestre de 2018, frente aos R\$ 337 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 490 milhões do 2º trimestre de 2017.

Captação de Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 19,1 bilhões no encerramento de junho de 2018, registrando um aumento de 7% em relação ao saldo de R\$ 17,9 bilhões em março de 2018, mas 5% inferior ao saldo de R\$ 20,2 bilhões em junho de 2017. Esse saldo era composto por: (i) depósitos interfinanceiros, representando R\$ 8,2 bilhões, ou 43% do total; (ii) depósitos a prazo, representando R\$ 7 bilhões, ou 36% do total; (iii) emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,8 bilhão, ou 9% do total; (iv) letras de crédito imobiliário e do agronegócio, totalizando R\$ 1 bilhão, ou 5% do total; (v) letras financeiras equivalentes a R\$ 628 milhões, ou 3% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 560 milhões, equivalentes a 3% das captações totais.

Na mesma linha de transformação Digital, o PAN lançou uma nova versão do app PAN Investimentos, permitindo simular retornos das alternativas de investimento e vem ampliando o número de contas e investimentos de forma importante.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em suas demonstrações financeiras.

Resultados

Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

No 2º trimestre de 2018, a margem financeira líquida gerencial foi de 17,6% a.a., frente aos 18,1% a.a. do 1º trimestre de 2018 e à margem de 17,0% a.a. registrada no 2º trimestre de 2017.

Despesas com PDD e Recuperação de Crédito

No 2º trimestre de 2018, as despesas com provisões totalizaram R\$ 310 milhões, frente às despesas de R\$ 294 milhões no 1º trimestre de 2018 e de R\$ 246 milhões no 2º trimestre de 2017. A recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 53 milhões durante o trimestre, frente aos volumes de R\$ 49 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 54 milhões do 2º trimestre de 2017. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 257 milhões, frente aos R\$ 245 milhões no 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 192 milhões do 2º trimestre de 2017.

Na cobrança, o PAN vem otimizando a forma de atuar, ampliando o leque de condições para o cliente regularizar sua dívida e contando com a utilização de *analytics* que definem o melhor desconto para o cliente, melhor canal de abordagem e melhor produto a ser ofertado. O posicionamento digital do PAN na cobrança também está ganhando destaque, e já responde por mais de 20% nas plataformas de autosserviço, que traz maior dinamismo e personalização nas negociações e redução de custo.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 278 milhões no 2º trimestre de 2018, apresentando aumento em relação aos R\$ 250 milhões do 1º trimestre de 2018, mas estável em relação aos R\$ 278 milhões do 2º trimestre de 2017. As despesas com origemação de créditos somaram R\$ 198 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 236 milhões do 1º trimestre de 2018 e aos R\$ 244 milhões do 2º trimestre de 2017, movimentos justificados principalmente pelos diferentes volumes de origemação de cada trimestre.

Na comparação do 1S18 com o 1S17, o PAN apresentou uma redução de R\$ 152 milhões nas despesas totais, uma economia de 14%, pautada por redução de estrutura, ganho de eficiência e foco na origemação. Tendo em vista a constante busca por melhoria de eficiência, o PAN vem otimizando sua estrutura de custos e investindo constantemente em tecnologia, inclusive na automação do *back office*.

Resultado Líquido

No 2º trimestre de 2018, o PAN registrou lucro líquido de R\$ 42,2 milhões, frente ao lucro de R\$ 56,6 milhões do 1º trimestre de 2018 e de R\$ 42,8 milhões registrado no 2º trimestre de 2017, mostrando recorrência de resultados positivos.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.016 milhões no final de junho de 2018, frente ao saldo de R\$ 3.990 milhões em março de 2018 e aos R\$ 3.460 milhões em junho de 2017.

Após aplicação integral das regras de Basileia III, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 2º trimestre de 2018 em 13,7%, sendo 11,7% de Capital Principal, frente aos 14,2%, com 11,4% de Capital Principal, registrados ao final do 1º trimestre de 2018 e aos 11,6%, com 8,5% de Capital Principal, registrados no 2º trimestre de 2017. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial neste 2º trimestre foi de R\$ 537,7 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado			Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017			30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
ATIVO											
CIRCULANTE		12.067.423	11.613.123	12.139.326	11.745.996						
Disponibilidades	5	6.096	13.685	8.347	15.503						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.078.240	218.727	1.078.240	217.265						
Aplicações no mercado aberto		1.072.457	-	1.072.457	-						
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	218.727	5.783	217.265						
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	477.279	823.194	480.898	859.957						
Carteira própria	7.a	127.235	341.253	130.813	366.046						
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	319.666	464.261	319.666	464.261						
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	30.378	17.680	30.378	17.680						
Vinculados a prestação de garantias	7.a	-	-	41	11.970						
Relações interfinanceiras		43.108	41.397	43.108	41.397						
Pagamentos e recebimentos a liquidar		17.197	18.378	17.197	18.378						
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		799	1.299	799	1.299						
Correspondentes no País		25.112	21.720	25.112	21.720						
Operações de crédito	8	7.556.377	7.916.971	7.556.377	7.916.971						
Operações de crédito - setor privado		8.454.256	8.848.999	8.454.256	8.848.999						
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(897.879)	(932.028)	(897.879)	(932.028)						
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	382						
Operações de arrendamento a receber		-	-	144	585						
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(144)	(203)						
Outros créditos		2.527.913	2.178.918	2.582.921	2.258.454						
Carteira de câmbio	9.a	62.779	190.420	62.779	190.420						
Rendas a receber		6.951	4.251	1.737	1.772						
Negociação e intermediação de valores		7.466	1.512	7.466	2.575						
Recebíveis imobiliários	10	-	-	7.958	8.424						
Títulos e créditos a receber	8 e 11	774.283	776.697	775.987	776.697						
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(78.987)	(41.187)	(78.987)	(41.187)						
Diversos	11	1.755.421	1.247.225	1.805.981	1.319.753						
Outros valores e bens		378.410	420.231	389.435	436.067						
Outros valores e bens	12.a	401.783	384.480	413.138	400.148						
(Provisão para desvalorização)	12.a	(59.130)	(53.100)	(60.355)	(54.817)						
Despesas antecipadas	12.b	35.757	88.851	36.652	90.736						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.828.268	14.518.480	14.354.123	15.246.739						
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.240.889	1.236.359	1.473.009	1.677.947						
Carteira própria	7.a	173.839	116.392	403.529	365.809						
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	571.619	635.482	571.619	635.482						
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	294.427	177.694	294.427	166.650						
Vinculados ao Banco Central	7.a	-	-	-	100.772						
Vinculados à prestação de garantias	7.a	201.004	306.791	203.434	409.234						
Operações de crédito	8	9.452.061	9.236.175	9.452.061	9.236.175						
Operações de crédito - setor privado		9.781.336	9.510.430	9.781.336	9.510.430						
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(329.275)	(274.255)	(329.275)	(274.255)						
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	22						
Operações de arrendamento a receber		-	-	-	50						
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	-	(28)						
Outros créditos		3.047.721	3.903.373	3.339.448	4.186.484						
Créditos específicos		-	-	775	1.223						
Recebíveis imobiliários	10	-	-	3.376	11.120						
Títulos e créditos a receber	8 e 11	76.583	54.922	76.583	54.922						
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(18.349)	(5.423)	(18.349)	(5.423)						
Diversos	11	2.989.487	3.853.874	3.277.063	4.124.642						
Outros valores e bens		87.597	142.573	89.605	146.111						
Despesas antecipadas	12.b	87.597	142.573	89.605	146.111						
PERMANENTE		1.175.701	1.1								

TER CONTROLADORES ROBUSTOS E COMPLEMENTARES?



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.580.874	4.248.660	3.608.178	4.293.890
Receitas de operações de crédito	3.349.310	4.156.664	3.353.998	4.225.701
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	180	591
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	79.018	101.454	162.531
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	141.399	141.399	110.710
Resultado de operação de câmbio	9.b	11.147	11.147	15.777
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.652.850)	(1.865.713)	(1.636.875)	(1.967.370)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.049.342)	(1.033.266)	(1.386.560)
Operações de empréstimos e repasses	18	-	-	(6.618)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(603.508)	(511.053)	(603.609)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.928.024	2.378.947	1.971.303	2.326.520
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.715.595)	(2.237.049)	(1.748.386)	(2.213.733)
Receitas de prestação de serviços	23	164.957	201.677	213.222
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	20.238	(70.175)	(3.257)
Despesas de pessoal	24	(205.193)	(241.953)	(205.962)
Outras despesas administrativas	25	(874.191)	(1.177.312)	(892.383)
Despesas tributárias	26	(79.373)	(122.164)	(85.609)
Outras receitas operacionais	27.a	98.240	97.136	108.077
Outras despesas operacionais	27.b	(839.545)	(924.258)	(851.524)
RESULTADO OPERACIONAL	212.429	141.898	222.917	107.787
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(5.118)	(4.306)	(5.204)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES	207.311	137.592	218.133	102.583
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(108.547)	(91.129)	(119.369)	(56.120)
Provisão para imposto de renda	(3.511)	(7.769)	(9.700)	(5.217)
Provisão para contribuição social	(3.286)	(1.032)	(5.793)	(2.876)
Ativo fiscal diferido	(101.750)	(89.328)	(103.876)	(48.027)
LUCRO LÍQUIDO	98.764	46.463	98.764	46.463
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$	(38.634)	-	(38.634)	-
(Representado por 1.141.806.121 ações em 30/06/2018 e 920.040.163 ações em 30/06/2017)	0,09	0,05		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018	1º Semestre 2017
RECEITAS	2.370.439	3.114.703	2.411.197	3.095.231
Intermediação financeira	3.580.874	4.248.660	3.608.178	4.293.890
Prestação de serviços	164.957	201.677	179.015	213.222
Outras receitas/(despesas) operacionais	(603.508)	(511.053)	(603.609)	(574.192)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(771.884)	(824.581)	(772.387)	(837.689)
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.049.342)	(1.186.660)	(1.033.266)	(1.393.178)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(842.167)	(1.136.315)	(859.670)	(1.164.411)
Materiais, energia e outros	(1.595)	(1.794)	(1.659)	(1.779)
Serviços de terceiros	(104.127)	(104.140)	(113.976)	(114.728)
Outras	(736.345)	(1.032.381)	(743.995)	(1.047.884)
Comissões pagas a correspondentes bancários	(46.116)	(75.434)	(46.757)	(753.209)
Processamento de dados	(87.319)	(84.822)	(87.416)	(85.429)
Serviços do sistema financeiro	(65.945)	(83.654)	(66.469)	(86.382)
Comunicações	(23.027)	(22.526)	(23.187)	(22.620)
Propaganda, promoções e publicações	(14.346)	(11.752)	(14.648)	(12.517)
Transportes	(2.298)	(2.094)	(2.308)	(3.107)
Manutenção e conservação de bens	(2.656)	(2.485)	(2.661)	(2.489)
Viagens	(1.026)	(1.951)	(1.967)	(1.967)
Outras	(73.612)	(70.663)	(76.519)	(80.064)
VALOR ADICIONADO BRUTO	478.930	617.728	518.261	537.642
DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(29.937)	(23.661)	(27.012)	(29.586)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	452.993	594.067	491.249	508.056
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	20.238	(70.175)	-	(3.257)
Resultado de equivalência patrimonial	20.238	(70.175)	-	(3.257)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	473.231	523.892	491.249	504.799
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	473.231	523.892	491.249	504.799
Pessoal	177.826	209.075	178.478	212.676
Remuneração direta	137.491	156.865	137.911	159.727
Benefícios	29.990	35.067	30.183	35.537
FGTS	9.075	15.747	9.113	16.011
Outros	1.270	1.396	1.271	1.401
Impostos, taxas e contribuições	215.288	246.472	232.462	223.548
Federal	207.912	237.050	224.788	206.456
Estadual	4	7	4	7
Municipal	7.372	9.415	7.669	10.085
Remuneração de capitais de terceiros	19.987	21.882	20.179	22.112
Aluguéis	19.987	21.882	20.179	22.112
Remuneração de capitais próprios	60.130	46.463	60.130	46.463
Juros sobre o capital próprio provisionado	(38.634)	-	(38.634)	-
Lucro líquido retido	98.764	46.463	98.764	46.463

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizada a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de carteiras em empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, incorporação institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem competência em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária Integral Caixa Participações S.A.

Até 31/03/2018 a composição acionária do Banco PAN em 30/06/2018:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396.081	60,10	182.266.325	37,60	577.662.406	50,60
Caixa Participações S.A.	262.164.546	39,90	112.732.358	23,30	374.896.904	32,80
Mercado	8	-	189.246.803	39,10	189.246.811	16,60
Total	657.560.635	100,00	484.245.486	100,00	1.141.806.121	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 06 – Passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.937/11;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- CPC 02 (R2) – Eleitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 03/08/2018.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	30/06/2018	30/06/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (1)	-	-
(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).		

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas sob a base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontadas, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:
Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações e desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de valor de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos objetivamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente em referência às taxas divulgadas pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Títulos e valores mobiliários:
Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Títulos e valores mobiliários:
Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

h) Instrumentos financeiros derivativos:
Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações e desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de valor de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos objetivamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente em referência às taxas divulgadas pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Títulos e valores mobiliários:
Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

j) Operações de crédito:
As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são especificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, do que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise de nível de risco da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de risco dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas de taxas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renunciadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renúnciação. As renúnciações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renúnciação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com cobrança é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de lucros		Capital social	Reserva de capital	Legal	Para integração do patrimônio líquido	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	30/06/2018	30/06/2017							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	1.585	-	1.585
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	46.463	46.463
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	3.460.732	-	-	-	-	-	(12.674)	12.152	3.460.210
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	-	-	(13.403)	-	3.555.824
Aumento de capital (Nota 2b)	192.678	207.322	-	-	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	424	-	424
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	98.764	98.764
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22a)	-	-	-	-	-	-	-	(38.634)	(38.634)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	3.653.410	207.322	8.915	99.580	-	-	(12.979)	60.130	4.016.378

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS EM CONSTANTE EVOLUÇÃO?



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.653.409 em 30/06/2018 e R\$ 3.460.732 em 30/06/2017. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Ordinárias	657.560.635	535.029.747
Preferenciais	484.245.486	394.010.416
Total	1.141.806.121	929.040.163

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

O BACEN aprovou em 18/04/2018 (publicado no Diário Oficial em 20/04/2018) o aumento de capital em ON e PN homologado em 07/02/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, tal aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

Quantidade de ações
Em circulação em 30/06/2017
Aumento de Capital
Após o aumento de capital

O aumento de capital tem como objetivo: (i) ampliar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33h.

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio para o semestre findo em 30/06/2018.

	30/06/2018	% (1)
Lucro líquido antes da reserva legal	98.764	
(-) Reserva Legal	(4.938)	
Base de cálculo	93.827	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	38.634	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(5.795)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	32.839	35,0%

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito	74.716	104.943	74.735	104.972
Rendas de cartão	62.462	60.760	62.462	60.760
Rendas de intermediação de negócios	21.548	30.581	21.548	30.581
Administração de consórcios	-	-	13.931	10.121
Outras	6.231	5.393	6.339	6.788
Total	164.957	201.677	179.015	213.222

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Proventos	131.189	149.530	131.609	150.619
Encargos sociais	36.442	48.625	36.597	49.439
Benefícios	29.990	35.067	30.183	35.537
Honorários (Nota 29b)	6.302	7.335	6.302	9.108
Outros	1.270	1.396	1.271	1.401
Total	205.193	241.953	205.962	246.104

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	466.116	751.434	469.757	753.209
Serviços de terceiros	104.127	104.140	113.976	114.728
Serviços do sistema financeiro	65.945	83.654	66.469	86.382
Processamento de dados	87.319	84.822	87.416	85.429
Aluguéis	19.987	21.882	20.179	22.112
Comunicações	23.027	22.526	23.187	22.620
Depreciação e amortização	14.461	16.815	14.486	17.060
Propaganda, promoções e publicidade	14.346	11.752	14.448	12.617
Despesas com busca e apreensão de bens	14.312	21.173	14.349	21.173
Manutenção e conservação de bens	2.656	2.485	2.661	2.489
Viagens	1.026	1.951	1.030	1.967
Transporte	2.298	3.094	2.308	3.107
Taxas e emolumentos	2.126	1.968	2.621	4.290
Materiais de consumo	436	446	436	446
Outras	56.737	49.170	58.860	56.327
Total	874.919	1.177.312	892.383	1.203.956

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Contribuição à COFINS	60.347	95.448	63.773	98.431
Contribuição ao PIS	9.814	9.178	10.441	9.478
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	7.298	15.510	7.543	16.039
Impostos e taxas	1.914	2.028	3.852	9.681
Total	79.373	122.164	85.609	133.627

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de encargos e despesas	76.054	63.036	76.759	65.453
Varição monetária ativa / cambial	18.938	12.990	20.572	16.080
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	(1.136)	6.946
Reversão de provisões	666	10.901	4.145	14.152
Outras	2.582	10.209	7.737	17.103
Total	98.240	97.136	106.077	118.834

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Cessão de operações de crédito	621.226	664.155	621.226	668.812
Constituição de provisões	119.886	138.259	129.559	165.063
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	23.154	29.800	23.154	29.809
Varição monetária passiva / cambial	20.765	37.572	20.765	37.576
Descontos concedidos	17.479	26.845	17.479	26.853
Amortização de ágio (Nota 15a)	11.476	6.846	12.526	12.526
Amorvamos	8.917	10.849	8.945	10.870
Outras	16.642	9.932	17.870	12.276
Total	839.545	924.258	851.524	963.845

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado na alienação de outros valores e bens	(9.496)	2.393	(9.285)	102
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	5.477	3.600	5.600	5.032
Impairment de ativos não financeiros	(1.113)	(10.303)	(1.113)	(10.376)
Outros	14	4	14	38
Total	(5.118)	(4.306)	(4.784)	(5.204)

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

Banco	Prazo máximo	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)		460.038	151.474	8.755	42.895
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	150.000	8.148	4.276
Brazilian Mortgages Cia. Hipotecária	Sem prazo	-	-	-	35.076
Caixa Econômica Federal	02/07/2018	460.038	-	607	2.775
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	-	1.474	-	768
Cessão de crédito (b)		1.259.113	1.257.609	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.259.113	1.257.609	-	-
Outros créditos		11.310	44.780	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	34.802	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	3.975	5.163	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	26	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	20	23	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	-	7	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (c)(d)	Sem prazo	2.843	429	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(d)	Sem prazo	128	40	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.(c)(e)	Sem prazo	4.340	4.076	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	214	-	-
Depósitos à vista (f)		(403)	(1.740)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(332)	(1.674)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(33)	(30)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(24)	(19)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(10)	(10)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(1)	(1)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(1)	(4)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(2)	(2)	-	-
Depósitos Interfinanceiros (g)		(8.133.616)	(11.847.954)	(272.838)	(714.572)
Banco BTG Pactual S.A.	02/07/2018	(65.005)	(1.100.000)	(1.615)	(55.548)
Caixa Econômica Federal	26/07/2018	(7.820.070)	(10.710.672)	(263.634)	(657.566)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	06/06/2019	(248.541)	(37.282)	(7.589)	(1.458)
Depósitos a prazo (h)		(354.946)	(241.745)	(10.096)	(13.183)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/06/2021	(14.708)	(40.049)	(661)	(2.107)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	12/06/2021	(40.677)	(34.978)	(1.223)	(1.893)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	12/06/2021	(139.508)	(92.841)	(3.786)	(5.028)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	04/06/2021	(120.752)	(65.459)	(3.025)	(3.884)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	04/06/2021	(3.998)	(4.422)	(210)	(222)
Banco BTG Pactual S.A.	20/06/2022	(33.112)	(2.634)	(1.127)	(38)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.191)	(1.362)	(64)	(11)
Obrigações por operações compromissadas		(7.702)	(367.228)	(1.428)	(16.701)
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	(360.003)	(972)	(16.364)
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	(98)	(212)	(112)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	01/03/2023	(7.702)	(7.127)	(244)	(225)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)		(29.292)	(172.275)	(1.251)	(9.301)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(24.477)	(81.768)	(1.109)	(4.894)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	-	(54.075)	-	(2.644)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.815)	(2.725)	(142)	(1.973)
Instrumentos financeiros derivativos (j)		103.044	2.775	(130.089)	(20.272)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	-	10.912	-	2.501
Banco BTG Pactual S.A.	22/04/2020	103.044	(8.187)	(130.089)	(22.773)
Outras obrigações		(6.621)	(6.194)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(6.621)	(5.708)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(691)	(55)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(6)	(6)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(425)	(425)	-	-
Receita de prestação de serviços (k)		-	-	23.133	31.158
Pan Seguros S.A.	-	-	-	21.432	30.868
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	187	290
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.514	-
Despesa de pessoal		-	-	(140)	(162)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(140)	(162)
Outras despesas administrativas		-	-	(14.045)	(24.222)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(3.114)	(12.935)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.197)	(305)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(80)	(11)
Tecban S.A.	-	-	-	(750)	(303)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(8.904)	(10.635)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	938.224	1.727.429
Caixa Econômica Federal	-	-	-	938.224	1.727.429

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(c) Refere-se a saldo oriundo de cessão de crédito, no montante de R\$ 583;

(d) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2018, sendo: R\$ 2.996 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 2.260 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 121 da Pan Administradora de Consórcio Ltda

SOMOS TUDO ISSO. UM BANCO ÁGIL E DESCOMPLICADO QUE SURPREENDE.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em Milhares de Reais, exceto quando informado)

descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancompan.com.br/r/r Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor contábil	Valor de mercado	Resultado não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Resultado não realizado
Consolidado						
Títulos e Valores Mobiliários	1.629.102	1.638.830	9.728	2.353.574	2.369.204	15.630
Ajuste de títulos para negociação	26.568	26.568	-	73.421	73.421	-
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.148.000	1.148.000	-	1.065.074	1.065.074	-
Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	454.534	464.262	9.728	1.215.079	1.230.709	15.630
Operações de crédito	19.143.743	18.434.775	(708.968)	19.377.703	19.609.374	231.671
Depósitos interfinanceiros	8.162.977	8.224.680	(61.703)	11.981.281	11.986.055	(4.774)
Depósitos a prazo	6.985.612	6.338.709	(1.353.097)	3.453.658	4.893.826	(1.440.168)
Recursos de emissão de títulos	1.455.558	1.459.000	(3.442)	2.494.998	2.495.625	(627)
Obrigações por empréstimos	-	-	-	138.045	138.045	-
Dívidas subordinadas	1.985.355	1.991.174	(5.819)	1.786.871	1.788.904	(2.033)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(2.123.301)			(1.200.301)

Determinação do valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição; e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no semestre findo em 30/06/2018 representava R\$ 29.990 no Banco PAN e R\$ 30.183 no Consolidado (R\$ 35.067 no Banco PAN e R\$ 35.537 no Consolidado no semestre findo em 30/06/2017).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	207.311	137.592	218.133	102.583
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(93.290)	(61.916)	(95.074)	(56.756)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	9.107	(31.579)	-	(1.466)
Outros valores	(24.364)	2.366	(24.295)	2.102
Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	(108.547)	(91.129)	(119.369)	(56.120)

(1) No consolidado à alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos;
(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2017	Constituição	Realização	30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	994.099	244.581	(330.569)	908.111
Provisão para contingências cíveis	124.228	23.611	(31.472)	116.367
Provisão para contingências trabalhistas	152.198	26.536	(35.535)	143.199
Provisão para contingências tributárias	373	69	(8)	434
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.510	15.594	(4.172)	25.932
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	13.300	23.458	36.758	30.341
Outras provisões	331.292	300.341	(89.259)	300.341
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.630.000	392.427	(491.285)	1.531.142
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.270.329	-	(2.815)	1.267.514
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.900.329	392.427	(494.100)	2.798.656

Consolidado
31/12/2017
Constituição
Realização
30/06/2018

c) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 03/08/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem em parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		A DIRETORIA		O COMITÊ DE AUDITORIA		CONTADOR - Gregório Moreira Franco - CRC 1SP219426/O-2	
-----------------------------	--	-------------	--	-----------------------	--	--	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. ("Banco" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018, incluindo as notas explicativas e, com base: (a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 3 de agosto de 2018, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: 1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; 2 – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, com teste de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, controles automatizados de informações dependentes de tecnologia, restrições de acesso e segregação de funções, que propiciaram evidência para execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; 3 – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 3,0 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de agosto de 2018, conforme notas explicativas nº 3n e 32b; (b) na reunião com os auditores independentes; e (c) na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controles e Compliance, o Conselho Fiscal do Banco é de opinião que esses documentos refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no semestre encerrado em 30 de junho de 2018, a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia no período mencionado.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Paulo Roberto Salvador Costa
Peter Edward Cortes Marsden Wilson
Rodrigo Toledo Cabral Costa

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários. Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acesso e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Créditos Tributários (Notas Explicativas 3n e 32b)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,0 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas para a projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para a realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, as informações relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar

questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração a temas importantes a Companhia.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a homologação do aumento de capital pelo BCB; o trabalho realizado, em providência para créditos de liquidação duvidosa – PCLD; e os esforços em tecnologia para apoio às operações.

O Plano de Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, foi ratificado em relação aos saldos de créditos tributários. Da mesma forma, ainda em relação aos créditos tributários, a auditoria independente manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Instituição vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos de relacionamento a formalização e governança. A administração implantou novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção

de apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.

b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e,

c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaboradas conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Marcos Antonio Macedo Cintra - Presidente
Marcelo Yago - Membro
Rogério Bimbi - Membro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 1º semestre de 2018, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas Notas Explicativas. As atividades desenvolvidas ocorreram em conformidade com o Plano de Trabalho 2018, submetido ao Conselho de Administração, destacando que as tarefas se desenvolveram durante o exercício de 2018.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com as áreas estratégicas da Companhia, nos relatórios produzidos que explicitaram a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, bem como nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente. O Comitê também realizou

questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração a temas importantes a Companhia.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a homologação do aumento de capital pelo BCB; o trabalho realizado, em providência para créditos de liquidação duvidosa – PCLD; e os esforços em tecnologia para apoio às operações.

O Plano de Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, foi ratificado em relação aos saldos de créditos tributários. Da mesma forma, ainda em relação aos créditos tributários, a auditoria independente manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Instituição vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos de relacionamento a formalização e governança. A administração implantou novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção

de apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.

b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e,

c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaboradas conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Marcos Antonio Macedo Cintra - Presidente
Marcelo Yago - Membro
Rogério Bimbi - Membro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 1º semestre de 2018, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas Notas Explicativas. As atividades desenvolvidas ocorreram em conformidade com o Plano de Trabalho 2018, submetido ao Conselho de Administração, destacando que as tarefas se desenvolveram durante o exercício de 2018.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com as áreas estratégicas da Companhia, nos relatórios produzidos que explicitaram a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, bem como nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente. O Comitê também realizou

questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração a temas importantes a Companhia.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a homologação do aumento de capital pelo BCB; o trabalho realizado, em providência para créditos de liquidação duvidosa – PCLD; e os esforços em tecnologia para apoio às operações.

O Plano de Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, foi ratificado em relação aos saldos de créditos tributários. Da mesma forma, ainda em relação aos créditos tributários, a auditoria independente manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Instituição vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos de relacionamento a formalização e governança. A administração implantou novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção

de apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.

b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e,

c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaboradas conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Marcos Antonio Macedo Cintra - Presidente
Marcelo Yago - Membro
Rogério Bimbi - Membro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 1º semestre de 2018, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas Notas Explicativas. As atividades desenvolvidas ocorreram em conformidade com o Plano de Trabalho 2018, submetido ao Conselho de Administração, destacando que as tarefas se desenvolveram durante o exercício de 2018.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com as áreas estratégicas da Companhia, nos relatórios produzidos que explicitaram a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, bem como nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente. O Comitê também realizou

questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração a temas importantes a Companhia.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a homologação do aumento de capital pelo BCB; o trabalho realizado, em providência para créditos de liquidação duvidosa – PCLD; e os esforços em tecnologia para apoio às operações.

O Plano de Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, foi ratificado em relação aos saldos de créditos tributários. Da mesma forma, ainda em relação aos créditos tributários, a auditoria independente manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

a) A Instituição vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos de relacionamento a formalização e governança. A administração implantou novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção

de apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.

b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e,

c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaboradas conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

Marcos Antonio Macedo Cintra - Presidente
Marcelo Yago - Membro
Rogério Bimbi - Membro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 1º semestre de 2018, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas Notas Explicativas. As atividades desenvolvidas ocorreram em conformidade com o Plano de Trabalho 2018, submetido ao Conselho de Administração, destacando que as tarefas se desenvolveram durante o exercício de 2018.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com as áreas estratégicas da Companhia, nos relatórios produzidos que explicitaram a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, bem como nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente. O Comitê também realizou

questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração a temas importantes a Companhia.</